

Epigraphica Complutense

María del Rosario Hernando Sobrino
Silvia Gómez Jiménez (eds.)

De transmissione epigraphica

Medios y métodos de difusión
y reutilización de las inscripciones



Esta publicación está adscrita a los Proyectos:

AVIPES-UCM (H2019/HUM-5742). Comunidad de Madrid/Fondo Social Europeo.

Corpus de manuscritos de la Biblioteca Nacional de Madrid para la Historia Antigua de España (PID2019-109530GB-I00).

Publicación avalada por la Union Académique Internationale, Inscriptions grecques et latines (projet n° 77), bajo los auspicios de la Real Academia de la Historia.

1ª edición, 2024

© Los autores de sus respectivos trabajos

© Guillermo Escolar Editor S.L.
Avda. Ntra. Sra. de Fátima 38, 5ºB
28047 Madrid
info@guillermoescolareditor.com
www.guillermoescolareditor.com

Diseño de cubierta: Javier Suárez

Maquetación: Equipo de Guillermo Escolar Editor

ISBN: 978-84-19782-67-0

Depósito legal: M-21257-2024

Impreso en España / Printed in Spain

Reservados todos los derechos. De acuerdo con lo dispuesto en el Código Penal, podrán ser castigados con penas de multa y privación de libertad quienes, sin la preceptiva autorización, reproduzcan o plagien, en todo o en parte, una obra literaria, artística o científica, fijada en cualquier tipo de soporte.

De titulorum transmissione

De titulorum transmissione

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra

Resumo

Procura-se ilustrar, com exemplos concretos (*CIL* II 217, *FE* 851, *CIL* II 4991, *CIL* II 5021 e *CIL* II 115), as várias formas de transmissão das epígrafes, desde a primeira notícia até à actualidade. Adopta-se, agora, uma atitude mais crítica, no sentido de melhor se esclarecer o real significado histórico de cada monumento, tarefa facilitada por dispormos, inclusive, de *corpora* acessíveis, de meios de observação mais sofisticados e porque, alfm, a ciência epigráfica muito evoluiu.

Palavras-chave

Transmissão histórica; epigrafia romana; autenticidade documental; manuscritos.

Abstract

Published inscriptions of the Roman Lusitania are here studied –*CIL* II 217, *FE* 851, *CIL* II 4991, *CIL* II 5021 and *CIL* II 115– to show how the transmission of them to our days was processed. In effect, we have already, now a days, best sources of information like the epigraphic digital *corpora* and, therefore, we can see with more value the real historic relevance of an epigraphical monument.

Keywords

Historic Transmission; Roman Epigraphy; Authenticity; Manuscripts.

1. INTRODUÇÃO

«Quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto», reza a sabedoria popular. Era de supor que tal se passasse apenas em relação a boatos ou em narrativas orais, sempre passíveis de novos ornamentos de acordo com as circunstâncias do momento; acontece, porém, que idêntico fenómeno ocorre em relação às inscrições romanas, devido à sua reconhecida importância como fonte histórica primordial.

Primeiro, porque nem sempre se consegue compreender o seu significado e as siglas e abreviaturas são susceptíveis de múltiplos desdobramen-

tos ao bel-prazer de quem, por exemplo, quer demonstrar a veracidade duma sua afirmação; depois, porque é, na verdade, uma tentação forjar um desses documentos, amiúde colhendo doutros, autênticos, frases mais eloquentes e capazes de, à primeira vista, ludibriarem os mais incautos.

Por conseguinte, falar da 'transmissão' de uma inscrição significa dar conta do percurso da informação que sobre ela se teve, desde a notícia da descoberta até à sua inclusão nos *corpora* nossos contemporâneos.

Houve, por parte dos ideólogos do *Corpus Inscriptionum Latinarum* – da iniciativa, em meados do século XIX, da Academia das Ciências de Berlim – a preocupação de incluir na ficha de cada epígrafe a sua bibliografia exaustiva, anotando-se, inclusive, as variantes de leitura apresentadas pelos diversos autores. Dessa forma se ia compreendendo como, de autor para autor, poderia ter mudado a leitura e a interpretação do letreiro, assim como outros itens, como o local de achado e a posterior localização. Desta forma se possibilitava um enquadramento histórico mais correcto do monumento.

Vai nesse sentido a investigação actual, sobretudo porque se dispõe da ajuda dos novos e mui eficazes meios de análise. E se não subsistem dúvidas de que uma epígrafe constitui, na verdade, um 'documento cultural' da maior valia, certo é que essa análise da 'transmissão' e o consequente uso que, ao longo dos séculos, de uma determinada inscrição se foi fazendo permitem esclarecer ideologias transversais.

Recordo sempre a definição de Epigrafia dada por Giancarlo Susini, passível de se sintetizar desta forma: «A epigrafia é a ciência que estuda a forma como o Homem, em determinado momento, seleccionou ideias, para as transmitir aos vindouros».

E a observação do percurso feito pelo conhecimento acerca de determinada epígrafe pode, pois, ilustrar o valor que lhe foi atribuído ao longo dos tempos e porquê.

Tentar-se-á documentar essa afirmação com cinco exemplos das formas variadas, boas ou menos rectilíneas, como se concretizou a transmissão.

2. CIL II 217

Consta esta inscrição de EDCS-05500227, onde se indica como bibliografia «CIL 02, 00217 = Olisipo 00004 = AE 2012, +00674».

Achada em Lisboa, dela se dá a leitura seguinte:

Q(uintus) HIRRIVS / M(arci) F(ilius) GAL(eria) MAT/ERNVS
H(ic) S(itus) E(st).

A referência a *AE* 2012, 674 documenta algo que facilmente ocorre: uma gralha tipográfica que se repete sempre que não se proceda à consulta das fontes. Na verdade, lê-se que, entre as mais importantes redescobertas dadas a conhecer por Ana Caessa e José d'Encarnação (2012: 487), figura «uma dedicatória a Vespasiano datada de 73 d. C. (*CIL* II 217)». A referência correcta é 5217 – e não 217. Omita-se.

Olisipo 4 corresponde ao livro, clássico, de Augusto Vieira da Silva, o primeiro que elaborou uma ficha completa da inscrição (Silva, 1944: 97-98). Assim, descreve-a como «fragmento de tampa de sarcófago, com 45 x 41 x 9 cm e letras de 6 cm». Lê-a como está acima, preferindo, todavia, *s(epultus)* a *s(itus)*. Dá-a como depositada «no museu organizado numa sala do Castelo de S. Jorge», para onde foi, em 1940, «já mais mutilada», por ter sido então reencontrada, «durante as obras de restauro do Castelo». Apresenta desenho estilizado (Fig. 1).

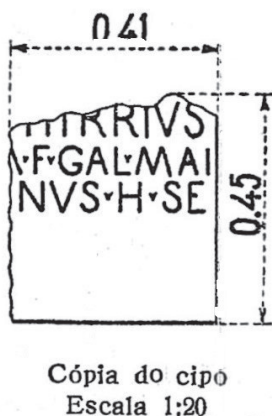


Figura 1. *Hirrius*. Desenho de Vieira da Silva (1944: 97).

Hübner, em *CIL* II 217, dá a leitura e, quanto à localização do achado, transcreve as informações de D. Rodrigo da Cunha (1642: f. 14v) e de Luís Marinho de Azevedo (1753: 3, 13): «Na parede da escada dos paços do castelo, da banda direita, que há pouco se caíram» e dá a entender que Cunha, por se referir a «inscrição de Quinto Hirrio e Calvo Macro» nada deve ter entendido do texto.

Remonte-se, pois, à primeira informação recebida, que é a dada por Hübner: Azevedo inclui-a (Fig. 2) no lote de epígrafes que provam terem os cidadãos de Lisboa sido inscritos na tribo Galéria – «entre tantas pedras que o afirmam» – «pelo que», continua, «havemos de ter

por verosímil que os moradores de Lisboa estavam anexos à tribo Galéria romana, por serem confederados com esta República» (Azevedo 1753: 3, 13).

Q. HIRRIUS
M. F. GAL. MA-
TERNUS. H. S. E.

Figura 2. *Hirrius*. O texto de Azevedo (1753: 3, 13).

Não compreendia ainda bem Luís Marinho de Azevedo o significado da adscrição a uma tribo, mas o seu testemunho é importante. E hoje, no âmbito da revisão a que se está a proceder da epigrafia olisiponense, é-nos possível saber que esta epígrafe, tendo saído da sala do castelo de S. Jorge, se guarda agora no Museu da Cidade (Fig. 3).



Figura 3. Placa de *Hirrius*. Museu da Cidade de Lisboa (MC.ARQ.0062. EGEAC; Museu de Lisboa / José Avelar).

Apesar dos maus tratos sofridos – a que já Vieira da Silva aludira e que o seu desenho reporta, nomeadamente pelo desaparecimento de boa parte

do lado esquerdo do campo epigráfico – é possível apontar para a seguinte leitura da epígrafe no seu estado actual, confiando, por outro lado, no que Luís Marinho de Azevedo nos transmitiu:

[Q(uintus)] HIRRIVS / [M(arci)] [hedera] F(ilius) [hedera] GAL(e-
ria) [hedera] MA[T/ER]NVS [hedera] H(ic) [hedera] S(itus) E(st).

Divergem as opiniões acerca da localização das letras TER do *cognomen*; trata-se, todavia, de um pormenor sem significado de maior.

Aproveita-se o ensejo para assinalar a circunstância de o *nomen Hirrius* indiciar alguém vindo da Península Itálica. Na verdade, este é o único testemunho na Lusitânia. Regista-se uma outra ocorrência peninsular, em Cádiz, referindo, porém, (H)irrius Porte(n)sis, ou seja, natural do Porto de Óstia (EDCS-07500170). Da cidade de *Singilia Barba*, na Bética, conhecem-se os pedestais das estátuas ao duúnviro *Marcus Hirrius Annianus* e a *Marcus Hirrius Prolixus*, porventura familiares, mandados fazer *ob merita* pelos *cives et incolae municipii liberi Singiliensis, ex aere conlato* (CIL II²/5, 786 e 799). Gente ilustre, portanto. Em Córdoba, datável do século I, o epitáfio de uma *Hirria* cujo *cognomen* se perdeu (CIL II 2282).

Em suma, no domínio que ora nos prende, o da transmissão, verifica-se, neste caso, que se confirma o local de achado; que a ida para o Museu da Cidade – onde tem o n.º de inventário MC.ARQ.0062 – se inscreve no processo normal referente aos monumentos epigráficos romanos de *Olissipo*. Um dos casos em que se tornou possível verificar a translineação (o T de *Maternus* está na l. 3 e não na 4^a) e a pontuação usada. Anotou-se, ainda, que uma gralha tipográfica do ano de 2012 – 217 em vez de 5217 – provocara referências bibliográficas erradas, que ora se espera venham a ser corrigidas.

3. FE 851

Ao passar os olhos pelo manuscrito de Porras de La Cámara (RAH Madrid 2 MS 23), apercebeu-se Manuela Alves Dias que «junto com as inscrições de Santarém», se reproduzia uma inscrição (Fig. 4), que ali se dizia «estar na casa do diácono Cristóvão Dias» (Dias, 2023: 13). Ainda que «na mesma página, imediatamente a seguir» se desse conta de uma outra inscrição autêntica, o espírito do epigrafista é sempre o de suspeitar: ¿como é que uma inscrição assim tão clara, mero epitáfio dedicado pela mãe *Saturnia* ao filho *C(aius) Munatius*, passara despercebida?

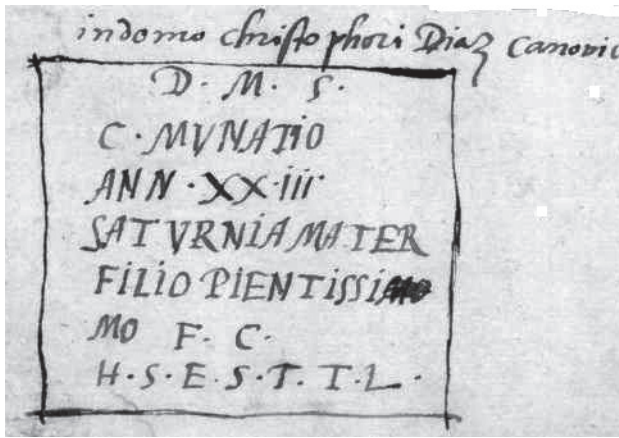


Figura 4. FE 851 (Ms. RAH Madrid 2 MS 23, en Alves 2023).

Decidiu-se, pois, a publicá-la (FE 851) e não hesitou em chamar a atenção para um pormenor deveras importante: o escriba enganou-se e, na l. 5, aparece rasurado, na palavra *pietissimo*, o *-mo* final, para ser colocado no início da l. 6. Explicou Manuela Alves Dias que essa correcção assumia grande valor, porque, estando frente à inscrição, o escriba verificou que se apressara a completar a palavra, quando, na realidade, a última sílaba fora para a linha seguinte. Ou seja: a rasura serviu «para garantir a fidelidade da cópia».

Em suma: neste exemplo, verifica-se que um manuscrito antigo mostrava duas inscrições, ambas do mesmo local; uma entrou no circuito científico, a outra não. Uma leitura mais atenta do manuscrito possibilitou, por conseguinte, dar a conhecer mais uma epígrafe, cuja autenticidade ficou testada por mero, mas mui elucidativo, erro de cópia. O retorno aos manuscritos, conclui-se, feito com maior atenção (nem tudo está feito, por mais que se pense ou nos digam!...), contribuiu eficazmente para o progresso da informação epigráfica.

4. CIL II 4991

Na Primavera de 1966, ao abrirem-se os caboucos para a construção do muro divisório da quinta de Manique, onde se encontrava o Instituto Missionário Salesiano, encontrou-se um altar romano que, partido sensivelmente a meio da altura, fora reutilizado num muro soterrado (Fig. 5).



Figura 5. Ara a *Aracus*, após ter sido encontrada (fotografia do autor).

Leu-se a inscrição (Fig. 6) e, por estar, naturalmente, inédita (pensou-se) considerou-se a hipótese de a publicar, o que se concretizou: Encarnação 1968: 12-14. Não se pôs, por isso – acabara de ser desenterrada! –, a hipótese de o monumento ser já conhecido, até porque não havia na área quaisquer vestígios da Antiguidade; embora se haja citado *CIL* II 4991, por se ter visto que, no índice do *CIL* II, havia referência a *Aracus* e a *Auvus*, não se proporcionara, no entanto, essa consulta. Quando, porém, se teve oportunidade de ver a ficha 4991 – nos *adenda et corrigenda* (Hübner, em *CIL* II, p. 693), *inscriptiones Olisiponenses* –, verificou-se que se tratava, na verdade, da mesma epígrafe: «ara posita deo alicui ignoto a femina, quae *v(otum) a(nimo) s(uo)? l(ibens) s(olvit)*».



Figura 6. Ara a *Aracus* (fotografia de Guilherme Cardoso).

A interpretação que fora proposta era coincidente com esta de Hübner; somente um dado, no entanto, não condizia: é que, com base em informação colhida num manuscrito da Biblioteca Nacional de Nápoles, o chamado *Anonymus Neapolitanus*, observara-se a inscrição «a Sam Paulo in ara» (Fig. 7). Daí que Hübner e Leite de Vasconcelos a houvessem procurado, debalde, na igreja de S. Paulo, em Lisboa. Desaparecera e como tal foi considerada até ser desenterrada em Manique de Baixo, freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais, ou seja, a mais de 30 km da igreja de S. Paulo. ¿Como poderia resolver-se a contradição? ¿Como é que uma pedra com estas dimensões (124,5 x 54 x 53 cm) teria vindo para aqui e por que razão?

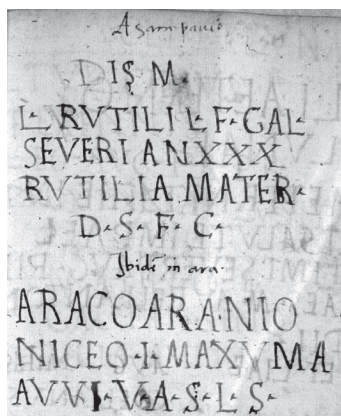


Figura 7. *Anonymus Neapolitanus*
(Biblioteca Nazionale, Nápoles; ms. V-E-18, f. 38).

Houve, pois, a ideia de se consultar, na Secção de Finanças de Cascais, o Mapa Cadastral, as cartas cadastrais (n.º 29 e 40) referentes aos terrenos envolventes do sítio donde a ara se retirara. E o imprevisto aconteceu: a toponímia local andava toda em torno da expressão S. Paulo: o prédio n.º 2597 chamava-se «S. Paulos»; o n.º 2608 «Cerrado de S. Paulo»; os n.º 2609 e 2610, «S. Paulo»; e o n.º 2611, «S. Paulo». Estava solucionada a questão: quando o autor do manuscrito percorreu a zona, o topónimo estava bem presente e assim era utilizado para identificar o local.

Os resultados dessa descoberta foram publicados (Engarção, 1974). Faltava, todavia, saber o que realmente se passara: ¿que diligências fizera o autor do manuscrito para transmitir essa informação?

Haviam tido Justino Mendes de Almeida e Fernando Bandeira Ferreira (1967) o cuidado de analisar o conteúdo do manuscrito neapo-

litano e lograram delinear o percurso feito por quem elaborara o rol de inscrições nele constantes. Embora não tenham presumido que a informação «a Sam Paulo» nada mais fosse do que a «igreja olisiponense de S. Paulo» (Almeida y Ferreira, 1967: 60), certo é que sugerem que o autor terá rumado a S. Domingos de Rana e de lá seguiu, acrescento eu, a antiga estrada real – ainda hoje passível de rastrear no terreno – em direcção a Sintra, passando, pois, pelo Clérigo, topónimo que eles identificam com a palavra «Orngro» patente no manuscrito.

A Manique, povoação que fica contígua ao Clérigo, Justino Mendes de Almeida e Fernando Bandeira Ferreira se não referem, porque, para eles, S. Paulo, como se disse, era mesmo S. Paulo de Lisboa. Ora acontece que aí existia, nesse longínquo século XVI, uma ermida da invocação de S. Paulo, cuja memória inteiramente se perdera, assim como os vestígios materiais da mesma. Apenas a toponímia permanecera – e, essa, apenas em microtopónimos dos registos prediais!

Houve oportunidade fazer um estudo epigráfico bastante completo do monumento (Encarnação, 2001: 19-23), corrigindo, inclusive, a leitura de *Aranius* para *Arantus*, após se haver verificado, com melhor iluminação, que havia a barra transversal superior. E a peça está hoje à guarda dos serviços de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais.

No que concerne à identificação da divindade aqui honrada – de que, até ao momento, mais nenhum outro testemunho se encontrou – uma dúvida subsiste: se *Aracus* teve dois epítetos, *Aranius* e *Niceus*, como, a princípio, se indicou, se apenas um, *Arantoniceus*, considerando que se devem juntar *Aranto/niceo*, que a translineação dividira.

Essa, a opinião veiculada por Carlos Búa e Amílcar Guerra (1999: 336): segundo estes investigadores, *Arantoniceus* (que interpretam, linguisticamente, como **Arantoni-k-aio-*, sendo o asterisco usado como sinónimo de pouca certeza na ilação), foi formado a partir do nome próprio *Arantonius* «e tendo como intermédio um derivado com um sufixo em *-k-*». Não possuindo eu conhecimentos bastantes de Linguística pré-romana, não ousou contradizer ou apoiar, com base nesse argumento, a interpretação proposta; não poderei, todavia, deixar de aludir ao facto de haver, realmente, epítetos teonímicos indígenas formados a partir de antropónimos, a fim de acentuar o seu divino carácter protector. O caso, a meu ver, mais significativo nesse aspecto poderá ser o documentado nas duas epígrafes de Alcains, que nos permitiram concluir que a divindade *Asinia Polturicea* era a protectora da *gentilitas Polturiciorum*, fundada por *Polturus* (Assunção *et al.*, 2009).

Em conclusão: Importará olhar para os manuscritos com espírito muito crítico e, quando algo nos parecer difícil de entender, a melhor atitude é não a de – pura e simplesmente – menosprezar, mas sim a de tentar compreender a razão subjacente. Neste caso, uma microtoponímia já desconhecida explicou o que tanta perplexidade causara.

5. *CIL* II 5021 (FIG. 8)

Parte-se amiúde do princípio de que as pedras com letras, por serem pesadas, não «caminham». Ou melhor, que – mesmo quando há a vontade de as reutilizar em construções e essa vontade se poderia ter manifestado em plena Idade Média para a construção duma muralha – não haveria necessidade de ir buscar pedras muito longe.

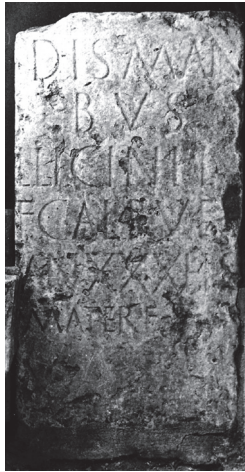


Figura 8. *CIL* II 5021 (fotografia de Guilherme Cardoso).

Esquecemo-nos, todavia, que a necessidade aguça o engenho, por um lado, e, por outro, o gosto dos nobres em possuírem relíquias do passado e as suas habituais possibilidades financeiras poderão ter contribuído para, de uma viagem a Roma ou a Pompeios, terem trazido não apenas umas numismas, umas estatuetas de bronze mas também alguma pedra epigrafada bonita.

Não foi esse o caso da inscrição a que me vou referir; não saiu do País nem veio de fora de Portugal; mas viajou de uma das quintas de Caparide, nos arredores da vila de Cascais, para o jardim de uma casa nobre de Lisboa. O autor do *Anonymus Neapolitanus* copiara-a em *Caparil* (Almeida y Ferreira, 1967: 60); mas já Hübner (*CIL* II 5021, p. 694) se limita a copiá-la de f. 36v, n.º 34, daquele manuscrito e nada mais diz.

Devo o reconhecimento deste cipo ao Doutor Vítor Serrão, que o viu junto a uma parede, ao passear nos jardins da Embaixada de Itália, instalada no Palácio dos Condes de Pombeiro, em Lisboa. Fotografou-o e deu-mo para estudar, na suposição de que se trataria, de facto, de uma inscrição romana inédita, pois dela não constava, na altura, qualquer informação. Mas, ao ler-se a epígrafe e consultados os *corpora* que havia ao dispor, surgiu a identificação: estava-se perante um cipo cuja epígrafe constava no *Anonymus Neapolitanus!*

Não se investigou ainda quando é que o monumento saiu da quinta para o palácio. Fácil é, no entanto, entender que, a determinada altura, um dos membros da família Pombeiro – que tem, de facto, muitos elementos em Cascais – porventura o proprietário da quinta na altura, o tenha querido levar para ornamento do seu jardim.

Conclusão: ao estudo que se fez sobre a epígrafe (Encarnação, 2001: 61-63) nada há a acrescentar. A referência aqui está, pois, justificada por mostrar mais um dos caminhos da transmissão epigráfica:

- no século XVI, um viajante curioso passa por Caparide, copia à mão a inscrição, indicando que a vira em Caparil;
- Hübner, ao serviço da Academia das Ciências de Berlim, inclui-a no *CIL* II;
- dois investigadores, perscrutando o manuscrito, identificam o local de achado da pedra;
- quando se faz, em 1994, a 1ª edição do roteiro epigráfico do território cascalense, considera-se a pedra de paradeiro desconhecido;
- na Primavera de 1995, um historiador de Arte olha para uma pedra com letras e manda a fotografia para o seu colega epigrafista.

E estava o curso da transmissão terminado!

6. *CIL* II 115

O monumento a Gaio António Flavino é, aparentemente, tão romano que Hübner o inseriu, a princípio, no rol dos textos autênticos (*CIL* II 115), limitando-se a transcrever as suspeitas de Mommsen:

- a) o formulário alusivo aos prémios (colar de ouro e soldo dobrado) poderia ter sido colhido num passo de Vegécio que também se refere, de seguida, aos *hastati*;
- b) a mui rara alusão aos *hastati* sem qualquer outro qualificativo (*prior*, *posterior*);
- c) a ausência de referência aos *seviri iuniores*, só conhecidos através de Apiano.

Mommsen voltará a debruçar-se sobre a epígrafe, transformando as suspeitas em certezas, e Hübner, concordando, sugere a hipótese de Resende ter forjado o texto a partir de *CIL V 4365*.

Do ponto de vista formal, tudo parece correcto.

Sirva este breve preâmbulo, que retirei de uma publicação minha (Encarnação, 1998: 49), para sintetizar, desde logo, os problemas que levanta a inscrição *CIL II 115* dada a conhecer por André de Resende. Poderá ser este um caso sintomático no âmbito da transmissão, até porque a sua autenticidade tem sido alvo de discussão.

Deve dizer-se, em primeiro lugar, que a informação da existência desta inscrição é dada não na 1ª edição (1553), mas sim na 2ª (de 1576) do livro dedicado à vereação da cidade de Évora, para provar a antiguidade e valia do lugar. Foi a 1ª edição feita à pressa, sem numeração de páginas (o que também acontece na 2ª), porque André de Resende soube que havia alguém interessado em ter essa primazia. Desta sorte, no capítulo VII, em que assinala a presença de flamínicas na cidade, apenas se refere a *Laberia Galla*, num texto cuja autenticidade também se encontra envolta em polémica (cf. Encarnação, 2014; González Herrero, 2017).

É esta *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, todavia, dada a sua vertente encomiástica, o livro mais propenso a fantasias e – adiante-se desde já – algum motivo terá tido André de Resende para não incluir mais tarde, nas suas *De Antiquitatibus Lusitaniae*, nem que fosse mera alusão a esta epígrafe do Gaio António Flavino, à partida de tamanho interesse para a história da Lusitânia, uma vez que dava conta da existência de mais uma flamínica! Este ‘esquecimento’ é, pois, um pormenor que não pode deixar de ser anotado e que, até agora, o não foi. ¿Ter-se-á Resende apercebido de que estava a ‘ir longe de mais’ nas suas elucubrações e decidiu... omitir?

Escreve Resende (1576, s. p.; actualiza-se a grafia e a pontuação):

De outra flamínica achei esta memória em um cipo não tão magno como os dois passados, mas melhor lavrado, o qual um lavrador descobriu com o dental do arado, junto de um edificio destruído, por o caminho de Monsaraz. Estava ali templo, porque também se acharam as colunas dele, de mármore; vulgarmente chamam-lhe Mesquita. O letreiro diz assim (Fig. 9):

D. M. S.
C.ANTONIO.C.F.FLA
VINO.VI.VIRO.IVN.

HAST.LEG.II.AVG.TORQ.
 AVR.ET.AN.DVPL.OB VIRT.
 DONATO.IVN.VERECVN
 DA.FLAM.PERP.MVN.EBOR.
 MATER.F.C.

Sepultura sagrada aos deuses Manes.

A C. António Flavino, filho de Caio, um dos sex varões mancebos; cavaleiro de lança da legião segunda Augustal, que por sua valentia foi premiado de um colar de ouro e de soldo dobrado. Iunia verecunda flamínica perpétua do município de Évora, sua mãe, lhe mandou fazer esta sepultura.

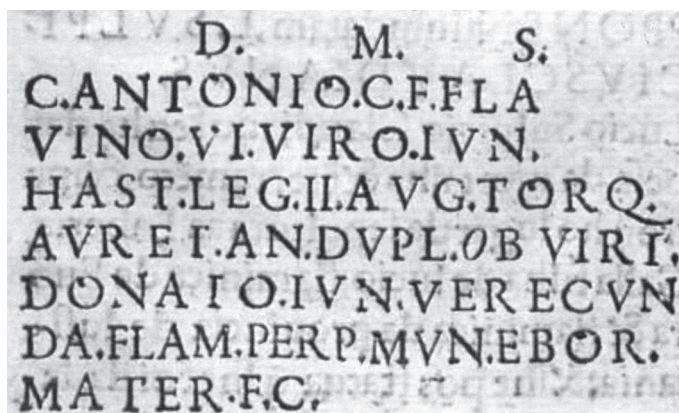


Figura 9. *CIL* II 115. Versão original de Resende (1576, s.p.).

O topónimo Mesquita existe ainda hoje, a identificar um monte e mesmo toda uma zona, justamente na estrada de Évora para Reguengos de Monsaraz. O topónimo é significativo de uma ocupação antiga e, por isso, tem sido alvo da maior atenção. Trata-se do sítio CNS 4817 do elenco dos sítios arqueológicos de Portugal, com vestígios do período romano: tanques em *opus signinum*, pedra aparelhada, *tegulae*, *imbrices*... Em 2006, uma intervenção pôs a descoberto um conjunto de sepulturas, enquadráveis nos séculos I e II d. C.

Em *CIL* II 115, datado, como se sabe, de 1869, após a afirmação «descripsi et genuinam iudicavi», enumera Emílio Hübner os autores que copiaram esta informação de Resende, entre os quais Pérez Bayer, o qual explicita que, quando passou por Évora (a sua digressão data de 1782), o monumento estava já «en la fuente de la plaza» e foi aí que Emílio Hübner o viu («ibi extat», confirma).

Como é sabido, Mommsen colaborava estreitamente na elaboração deste magno projecto epigráfico da Academia das Ciências de Berlim e eram-lhe submetidos os textos, mormente os mais complexos. Neste caso, as suas observações foram transcritas e vale a pena traduzir o que nessa ficha se exarou: «Temo que também esta haja sido forjada a partir de Vegécio 2.7: *torquati duplares, torquati singulares, quibus torques aureus solidus virtutis praemium fuit, quem qui meruisset, praeter laudem interdum duplas consequebatur anonnas*¹; e Vegécio 2.8, onde se trata dos *hastati* [lanceiros] na legião. É certo que *hastatus* sem mais é muito raro encontrar (cf. Henzen 6747) e é costume, as mais das vezes, acrescentar-se a indicação de se tratar ou do *prior* ou do *posterior* da coorte. Além disso, é difícil encontrar *seviri iuniores*, à excepção dos de Milão, de cujo currículo Resende terá tido conhecimento através de Apiano (v. c. 32, 2) e Cholero».²

Acrescenta Hübner haver notícia de outro *sevir senior* na inscrição n.º 3*, também da lavra de Resende; e, a propósito da ocorrência do *cognomen Flavinus*, refere, segundo Apiano (13, 1), a inscrição de Tarragona em que figura *L. Anteius Flavinus beneficiarius consularis*.

Na verdade, a onomástica do séxviro não oferece dúvida, por ser comum na Lusitânia e na *Hispania* em geral:

- de *Flavinus*, que, a crer no panorama traçado por Kajanto (1965: 227), até parecia, então, característico da península (59 testemunhos num total de 102), registaram-se na Lusitânia 15 testemunhos em 2003 (*Atlas*: 175-176, mapa 131);
- e eram já 40 os exemplos epigráficos do *nomen Antonius* (*Atlas*: 91-92, mapa 26).

Na p. 805 do *CIL* II, ou seja, portanto, em *adenda et corrigenda*, explica Hübner que cedo se dera conta de que era esta uma inscrição falsa, quiçá forjada por Resende à semelhança de *CIL* V 4365. Acrescentou que também Mommsen a rejeitara (*Ephemeris Epigraphica* IV 1881, p. 236 adn. 2).

Cumpre, antes de continuar, esclarecer as alusões referidas.

Assim, Henzen é Johann Heinrich Wilhelm Henzen, o epigrafista que se encarregou de completar a obra de Orelli *Inscriptionum Latinarum Amplissima Collectio*, de que publicou, em 1856, o respectivo suplemento. 6747 é, nessa obra (p. 349), a inscrição que assinala a grande homenagem prestada

¹ «Os torquatos duplares, os torquatos singulares, para os quais um torques de ouro maciço constituía prémio de valentia, dado a quem o merecia; além do louvor, conseguia por vezes duplo vencimento».

² Sobre Petrus Apianus e Iohannes Cholerus, ver *CIL* II, p. VI, n.º 6.

em *Fulginae* (actual Foligno, na Úmbria) a *P. Aelius Marcellus*, cujo amplo currículo aí se enumera, estando a referência a *peregrinorum adstato* entre as primeiras (*CIL* XI 5215 = EDCS-22901157); aliás, a idêntica homenagem alude a inscrição seguinte *CIL* XI 5216 = EDCS-22901158).

A citada referência aos *seviri iuniores* consta do epitáfio milanês de *Quintus Vitellius Saturninus*, mandado lavrar *patri optimo* pelos seus dois filhos, *Vitellius Veranius et Vitellius Constans*, que se intitulam *Viviri iuniores* (*CIL* V 5905 = EDCS-05101060).

Não deixa de ser deveras curioso – até para o nosso caso – o que se passou com a inscrição *CIL* V 4365, de Brescia. Os editores apresentam o desenho: «Com esta forma – ou seja, de base quadrada em baixo e terminando em cima por um fastígio circular – foi este epitáfio primeiramente achado; puseram-no depois numa pedra quadrada no foro, onde ainda hoje [*ibidem adhuc*] se observa, na praça pública, ‘in parete carcerum (*Monte Nuovo*)’. Há, porém, no museu da cidade de Dresda, uma cópia falsa [‘*exemplum falsum*’]».

O texto diz o seguinte (EDCS-04203417):

L(ucius) Antonius L(uci) f(ilius) / Fab(ia) Quadra/tus donatus torquibus et / armillis ab(!) / Ti(berio) Caesare bis / leg(ione) XX.

Semelhanças com a epígrafe de Flavino não pode afirmar-se serem muitas: idêntico, o gentílico; idêntica a presença da palavra *donatus*, ainda mais bem posicionada no caso eborense, porque no final; aqui apenas se indica *torquibus*, subentendendo-se o que, em Évora, se explicita *torquibus aureis*.

Não se nega que André de Resende possa ter conhecido esta epígrafe, já divulgada na sua época, e que, por isso, tenha havido inspiração, atendendo a que, pela vistosa decoração do monumento de Brescia, a sua imagem pode facilmente ter ultrapassado fronteiras.

Falta somente explicitar «n. 3*»: trata-se de cipo, achado, segundo Resende, numa torre meio tombada, dedicado ao *Vivir sen(ior) C(aius) Numisius C(aii) f(ilius) Fuscus*, por sua mulher, *Tatinia Fulvianilla*, filha de Quinto, «*permittente ord(ine) Merobrig(ense)*»³.

Voltando à análise de *CIL* II 115, sucede que a Doutora Alicia María Canto publicou, em 2004, mui circunstanciada e exaustiva análise do relato feito por John Breval da viagem que, em 1726, o levava a Espanha e

³ Por lapso, Rosado Fernandes leu «Sentacínia Fulvianila» (Fernandes, 1996: 190).

a Portugal, um relato de que Hübner não teve conhecimento. Transcreve Alicia Canto, na página 281, o texto da inscrição e comenta na página seguinte: «Los *Moros* tienen en *Évora* un templo espléndido que aún conserva el nombre de *La Mesquita*, y que ahora se usa para las reuniones públicas»⁴.

Mui significativa para se compreender a posição de Alicia Canto em ter por autêntica a inscrição de Flavino («puede considerarse auténtica», Canto, 2004: 317, n.º 4, é 332-333, n. 93), cuja argumentação pode resumir-se assim:

- 1) «A mi juicio debe levantarse la sospecha sobre ella, al igual que sobre *CIL* II 3*, puesto que ahora sí tenemos una constancia al menos de un *sevir senior*, en *Capena*, Etruria: *M. Gellio Servando seniori seviro August(ali)* (*AE* 1954, 16)» e o facto de haver um *sevir senior* justifica *per se* a existência de um *iunior*;
- 2) «No parece muy sólido el argumento de que se debe sospechar de textos o conceptos porque no estén atestiguados epigráficamente sino sólo por las fuentes».

Existe no Museu de Évora (agora designado Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo) cópia moderna da inscrição que nos ocupa, gravada num altar feito à maneira romana (Fig. 10), inclusive com decoração lateral em baixo-relevo (*simpulum* no lado direito e *patera* na face lateral esquerda – Fig. 11). Concorda Alicia María Canto que – como noutros lugares acontece – a cópia, no século XVI, «de inscripciones antiguas en mal estado de conservación» reflecte «el deseo, no de falsificar, sino de conservar la memoria de ellas; la propia actividad erudita de su conciudadano Resende debió de suscitar tal interés» (Canto, 2004: 313). Assim terá acontecido aqui: o texto gravado mantém a paginação do letrado que foi publicado por Resende, inclusive com um pormenor não despidendo: o O de OB está mais estreito porque, na edição, foi grafado em itálico, certamente por mero lapso e até esse aspecto se imitou. Não resistiu, porém, o *ordinator* a usar os nexos que bem conhecia e que lhe davam jeito na gravação (NT e AM) e a recorrer a uma letra mais pequena (o 2º E de VERECVNDA) – e foi nesta cópia que Hübner se baseou.

⁴ Canto, 2004: 282; sublinhado por la propia autora, para que se relacione com o topónimo Mesquita, dado como lugar de achado da epígrafe.

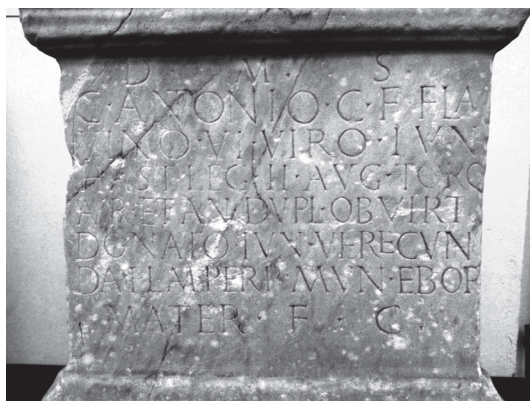


Figura 10. Flavino - cópia (Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo; fotografia de Guilherme Cardoso).



Figura 11. *Simpulum* (esq.) e *patera* (dir.) do altar de Flavino (fotografias de Guilherme Cardoso).

Não cumpre discutir, aqui, no contexto desta nota, se André de Resende se inspirou em fontes literárias e – acrescente-se – também em fontes epigráficas, porque as há com referência a estes prémios, para forjar uma inscrição, o que importa salientar, em minha opinião, é o aspecto que pelega vibrantemente em prol da não-autenticidade: o que ao humanista interessou não foi a carreira gloriosa do cavaleiro, mas sim o facto de a sua mãe, *Iunia Verecunda*, ter sido eleita *flaminica perpetua municipii Eborensis*! Essa, sim, era uma honra enorme para a cidade! Ora, sendo assim, por que razão dela não fala nas suas *De Antiquitatibus Lusitaniae*? Aliás, também da outra

flamínica que diz ter havido em *Ebora, Laberia Galla*, em *De Antiquitatibus Lusitaniae* apenas lhe alude, ao de leve, para justificar a grafia de *Lysitania*, com ípsilon!... A razão está, a meu ver, no facto de ter plena consciência de que... navegava em mar encapelado e traiçoeiro!...

Em síntese: no âmbito que nos ocupa, o da transmissão das inscrições, afigura-se-nos ser este um exemplo singular:

- 1) Um escritor revela o texto numa epígrafe romana importante para a história da sua terra natal, Évora, indicando com pormenores o local onde fora descoberta;
- 2) por sua iniciativa ou de outrem, esse texto é gravado, no século XVI ou pouco depois, num altar funerário à boa maneira romana, que, depois de ter estado na praça pública, se guarda hoje no museu local;
- 3) viajantes e curiosos pelas antiguidades que tomam conhecimento do monumento não hesitam, por sua vez, em o dar a conhecer, através da cópia que viram;
- 4) aquando da elaboração do volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, conclui o seu editor que se trata de um texto forjado, possivelmente com base noutros textos – epigráficos e/ou literários;
- 5) a discussão sobre a autenticidade do monumento ainda hoje permanece.

5. CONCLUSÃO FINAL

Procurámos ilustrar, com exemplos concretos, as várias formas de transmissão das epígrafes, desde a primeira notícia até à actualidade. Adopta-se agora uma atitude mais crítica, no sentido de melhor se esclarecer o real significado histórico de cada monumento, tarefa facilitada por dispormos, inclusive, de *corpora* acessíveis, de meios de observação mais sofisticados e porque, alfim, a ciência epigráfica muito evoluiu.

Assim, tentámos verificar se ainda existia uma das muitas inscrições incluídas num livro de teor encomiástico sobre a cidade de Lisboa, publicado em meados do século XVIII. Embora não tão completo como o seu achador o viu, o monumento está, de facto, no Museu da Cidade.

Ao compulsar-se de novo um manuscrito da Real Academia de la Historia, verificou-se a referência a uma epígrafe que passara despercebida e de cuja autenticidade não havia de duvidar. Procedeu-se, pois, à sua publicação, assinalando-se um pormenor (a correcção de uma distracção) que ratifica essa autenticidade, embora o monumento esteja desaparecido.

O achado, em 1966, de um altar que estava soterrado levou a pensar-se que estaria inédito. Contam-se, por conseguinte, aqui, as peripécias por

que passou a investigação a fim de se esclarecerem, por completo, as dúvidas surgidas quanto à sua efectiva proveniência.

Nem sempre, afinal, as pedras com letras permanecem no sítio onde foram vistas pela primeira vez ou muito perto dele, o que, por vezes, leva a pensar-se, se encontradas noutra local bem diferente, que se está perante um monumento até então desconhecido. O exemplo do cipo levado de Cascais para o jardim de um palácio de Lisboa é, nesse âmbito, significativo.

O caso de uma epígrafe dada a conhecer num livro de 1576, de que depressa houve o cuidado de fazer uma cópia de mármore, merece-nos atenção especial neste domínio da transmissão duma epígrafe, porque só se dispõe da cópia e todas as circunstâncias em que o texto foi dado a conhecer – e por que razão foi dado a conhecer – suscitam fundadas dúvidas acerca da sua autenticidade. Sabe-se que, no século XVIII, por exemplo, ao verificar-se que uma epígrafe estava em mau estado de conservação, houve, aqui e além, o cuidado de se elaborarem cópias mais ou menos objectivamente semelhantes ao original. Compete, depois, ao epigrafista verificar se pode, através da cópia, garantir a autenticidade do original. Esta, de facto, uma epígrafe deveras singular.

Enfim, cada vez mais, o próprio ‘percurso’ informativo duma inscrição romana constitui bom caso de estudo da importância que os monumentos epigrafados sempre detiveram na história da Humanidade.

7. BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J. y F. Ferreira (1967): «Varia epigraphica», *Revista de Guimarães*, LXXVII, 47-69.
- Assunção, A., J. d’ Encarnação y A. Guerra (2009): «Duas aras votivas romanas em Alcains», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12(2), 177-189.
- Atlas = Navarro Caballero, M. y J. Ramírez Sádaba (2003): *Atlas Antropológico de la Lusitania Romana*, Mérida – Bordéus, Fundación de Estudios Romanos – Ausonius Éditions.
- Azevedo, L. (1753): *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, oficina de Manuel Soares.
- Búa, C. y A. Guerra (1999): «Nova interpretação de uma epígrafe votiva do Poço das Cortes, Lisboa (EO 144-E)», en F. Villar y F. Beltrán, F. (eds.), *Pueblos, Lenguas y Escrituras en la Hispania Prerromana* (Actas do VII

- Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleo-hispânicas), Salamanca, Ediciones Universidad, 329-338.
- Caessa, A. y J. d'Encarnação (2012): «*Epigrafia de Olisipo – 66 anos depois!*», en A. Donati y G. Poma (eds.), *L'Officina Epigrafica Romana. In ricordo di Giancarlo Susini* (Epigrafia e Antichità 30), Faenza, Fratelli Lega Editori, 403-420.
- Canto, A. (2004): «Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(2), 265-364.
- CIL II = Hübner, E. (1869, 1892): *Corpus Inscriptionum Latinarum II. Inscriptiones Hispaniae Latinae*, Berlim, Georg Reimer. *Inscriptionum Hispaniae Latinarum. Supplementum*, Berlim, Georg Reimer.
- CIL II²/5 = Stylow, A. et al. (1998): *Corpus Inscriptionum Latinarum II. Inscriptiones Hispaniae Latinae. Editio altera. Pars V. Conventus Astigitanus*, Berlim, De Gruyter.
- Cunha, Rodrigo da (1642): *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, I, Lisboa, Manoel da Sylua.
- Dias, M. (2023): «Uma nova inscrição de Santarém no manuscrito de Porras de La Cámara (RAH Madrid 2 MS 23)», *Ficheiro Epigráfico*, 250, n.º 851, 13-16.
- EDCS = Epigraphik Daten-bank Claus / Slaby (<http://www.manfredclaus.de/gb/>).
- Encarnação, J. d' (1968): *Notas sobre Alguns Vestígios Romanos no Concelho de Cascais*, Estoril, Junta de Turismo da Costa do Sol (<http://hdl.handle.net/10316/25132>).
- Encarnação, J. d' (1974): «*Aracus Aranius Niceus*, uma divindade indígena venerada em Manique de Baixo (Alcabideche)», en *Actas das II Jornadas Arqueológicas* 2, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 195-204. <http://hdl.handle.net/10316/25120>.
- Encarnação, J. d' (1994, 2001): *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais.
- Encarnação, J. d' (1998): *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, Minerva.
- Encarnação, J. d' (2014): «A inscrição e o seu duplo. O caso da flaminica Laberia Galla», en A. Donati (ed.), *L'iscrizione e il suo doppio*, Faenza, Fratelli Lega Editori, 411-428.
- Fernandes, R. (1996): *André de Resende. As antiguidades da Lusitânia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- González Herrero, M. (2017): «La flaminica Laberia L. F. Galla (CIL II 114): ¿Una creación de André de Resende?», en J. Martínez e I. Velázquez

- (eds.), *De Falsa et Vera Historia. Estudios sobre pseudoepígrafos y falsificaciones textuales antiguas*, Madrid, Ediciones Clásicas, 93-105.
- Kajanto, I. (1965): *The Latin cognomina*, Helsinki, Helsingfors.
- Resende, A. (¹1553; ²1576): *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, Évora, André de Burgos.
- Resende, A. (1593): *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae à Lucio Andrea Resendio olim inchoati & à Iacobo Menoetio Vasconcello recogniti, atque absoluti*, Évora, Martinus Burgensis academia typographus.
- Silva, A. (1944): *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a História da Lisboa Romana*, Lisboa, Câmara Municipal.